

# Publicidade Legal

## COMUNICADO

**M3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, CNPJ nº. 38.349.038/0001-47, torna público que REQUEREU da SEMMA, a Licença Municipal Prévia e de Instalação (LMPI), para a atividade de "Pátio de estocagem, armazém ou depósito para cargas gerais (COM produtos/resíduos químicos e/ou perigosos e/ou alimentícios e/ou combustíveis) e materiais não considerados em enquadramento específico, inclusive para armazenamento e ensacamento de carvão vegetal, SEM atividades de manutenção e/ou lavagem de equipamentos e/ou unidade de abastecimento de veículos" com inscrições imobiliárias 011.3.071.0296.001 e 011.3.071.0264.001, na localidade de Rua Porto de Tubarão, Lotes 21 e 22, Quadra 02, Loteamento Parque Industrial Prefeito Antônio Sérgio Vidigal, Cívica I, Município da Serra – ES.

## COMUNICADO

**AUTO POSTO E SERVIÇO COLINA LTDA**, CNPJ nº 14.794.059/0001-03, torna público que OBTEVE da SEMMA, através do Processo nº. 52714/2012 a Licença Municipal de Regularização (LMR) Nº 011/2021 – Classe IV, para a atividade de "Comércio varejista de combustíveis, com capacidade de armazenamento de 75,00 m³" na localidade de Rodovia Norte Sul, nº. 6700, Bairro Cívica II, Município da Serra-ES.

**SUA EMPRESA  
ECONOMIZOU  
O ANO TODO.**

**NA HORA DE  
PUBLICAR  
SEU BALANÇO  
NÃO PODE SER DIFERENTE!**



**PUBLICAÇÃO DE EDITAIS DE  
MEIO AMBIENTE**



**PUBLICAÇÃO ATAS  
Assembleias Gerais**



**PUBLICAÇÃO BALANÇOS  
Demonstrações Financeiras**



**PUBLICAÇÃO DE EDITAIS DE  
CONVOCAÇÃO**

**PARA ECONOMIZAR É SÓ LIGAR**  
**27 3328-5765 | 99953-3531**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SERRA - 4ª VARA CÍVEL  
Fls. 001 - Dr. Antônio José Miguel Faria Reis  
Av. Conselheiro, 126 - Bairro São Gonçalo - Distrito do Centro, Serra/ES.  
CEP 28.163-912 - Telefone(s) (71) 3357-4820 - Ramal: 4829  
E-mail: fone@es.jus.br

**EDITAL DE CITAÇÃO  
PELO PRAZO  
DE 20 DIAS  
(art. 259 do NCPC)**

Nº DO PROCESSO: 0012409-40.2015.8.08.0048  
AÇÃO: 49 - Usucapião  
Requerente: FALQUETO PARTICIPAÇÕES LTDA ME  
Requerido: ANTONIO AVELINO DA VITÓRIA, MARIA GOMES DE SOUZA, JOAQUIM JOEL FALQUETO, TEREZA MARIA NETO FALQUETO, JOAO TARCISIO FALQUETO, CRISTIANE PEIXOTO DE SOUZA FALQUETO, APOLONIA FALQUETO DOS SANTOS, GILBERTO RODRIGUES DOS SANTOS, FILOMENA FALQUETO BRETTAS e ROBERTO BRETTAS.

MM, Juiz(a) de Direito da SERRA - 4ª VARA CÍVEL, do Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.

**DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM** que fica(m) devidamente CITADO(S) OS HERDEIROS OU SUCESSORES DE HONORINA AVELINO DA CONCEIÇÃO, BEM COMO OS REQUERIDOS DILCEIA AVELINO DA VITÓRIA, ANANIZIA AVELINO DA VITÓRIA, PEDRO AVELINO DA VITÓRIA E TEREZA AVELINO DA VITÓRIA E SEUS EVENTUAIS CONJUGES, HERDEIROS OU SUCESSORES, atualmente em lugar incerto e não sabido, bem como interessados incertos ou desconhecidos, de todos os termos da presente ação para, querendo, oferecer contestação.

**BEM**  
Imóvel rural situado na localidade de Rio Novo, Putiri, com área de 218.484,00 m², dividindo-se pela frente com a Estrada Pública via de acesso da Serra para Nova Almeida, Serra/ES.

**ADVERTÊNCIAS**  
a) PRAZO: o prazo para contestar a presente ação é de 15 (quinze) dias, finda a dilação assinada pelo juiz;  
b) REVELIA: não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo no que diz respeito aos direitos indisponíveis.  
Será nomeado curador especial em caso da revelia, de conformidade com o art. 257, inciso IV do CPC.

**DESPACHO**  
Fls. Considerando teor da petição de fls. 264 e diante da não localização dos demandados Dilceia Avelino da Vitória, Ananiza Avelino da Vitória, Pedro Avelino da Vitória e Tereza Avelino da Vitória, haja vista o retorno dos mandados sem cumprimento (fls. 239, 247, 251, 255-v) e tendo a parte autora pugnado pela citação editalícia conforme fls. 258/260, defiro o pedido formulado, pois sequer consta dos autos dados pessoais para consulta de endereço por meio eletrônico.

Este documento foi assinado eletronicamente por FABIOLA LANA ENCARNACAO em 23/09/2020 às 16:12:34, na forma da Lei Federal nº. 11.419/2006. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br), na opção "Consultas - Validar Documento (EJUD)", sob o número 06-3412-3917039.

Destes feitos citem-se por edital, com prazo de 20 dias, os herdeiros ou sucessores de Honorina Avelino da Conceição, bem como os requeridos Dilceia Avelino da Vitória, Ananiza Avelino da Vitória, Pedro Avelino da Vitória e Tereza Avelino da Vitória e seus eventuais cônjuges, herdeiros ou sucessores.

Transcorrido o prazo certifique-se.

Por seu turno, veja que os autores pretendem usucapir área rural.

Nesse sentido, alguns documentos são necessários para o regular andamento do processo.

Diante disso, observo que não foram apresentados documentos necessários ao deslinde da demanda, os quais, inclusive, são de exigência para usucapião extrajudicial em imóveis rurais, conforme Provimento 65/2017 do CNJ.

O Provimento 65/2017, em seu art. 19, estabelece sejam exigidos o CAR (Cadastro Ambiental Rural), CCIR e a certificação do imóvel no Sigef, como requisitos obrigatórios para a geração de uma nova matrícula.

Art. 19. O registro do reconhecimento extrajudicial da usucapião de imóvel rural somente será realizado após a apresentação:  
I - do recibo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR, de que trata o art. 29 da Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, emitido por órgão ambiental competente, esteja ou não a reserva legal averbada na matrícula imobiliária, fazendo-se expressa referência, na matrícula, ao número de registro e à data de cadastro constantes daquele documento;  
II - do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR mais recente, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, devidamente quitado;  
III - de certificação do Incra que ateste que o polígono objeto do memorial descritivo não se sobrepõe a nenhum outro constante do seu cadastro georreferenciado e que o memorial atende às exigências técnicas, conforme as áreas e os prazos previstos na Lei n. 10.267/2001 e nos decretos regulamentadores.

O STJ também possui o seguinte entendimento:

RECURSO ESPECIAL CIVIL E AMBIENTAL. USUCAPIÃO. IMÓVEL RURAL SEM MATRÍCULA. REGISTRO DA SENTENÇA. NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO DA RESERVA LEGAL AMBIENTAL. REGISTRO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR. NOVO CÓDIGO FLORESTAL. 1. Controvérsia acerca da possibilidade de se condicionar o registro da sentença de usucapião de imóvel sem matrícula à averbação da reserva legal ambiental. 2. É possível extrair do art. 16, §8º, do Código Florestal que a averbação da reserva florestal é condição para a prática de qualquer ato que implique transmissão, desmembramento ou reificação de área de imóvel sujeito à disciplina da Lei 4.771/65 (REsp 831.212/MG, DJe 22/09/2009). 3. Extensão desse entendimento para a hipótese de aquisição originária por usucapião, aplicando-se o princípio hermenêutico "in dubio pro natura". 4. Substituição da averbação no Cartório de Registro de Imóveis pelo registro no Cadastro Ambiental Rural - CAR, por força do novo Código Florestal. 5. Adaptação do entendimento desta Corte Superior à nova realidade normativa, mantida a eficácia da norma protetiva ambiental. 6. Necessidade de prévio registro da reserva legal no CAR, como condição para o registro da sentença de usucapião no Cartório de Registro de Imóveis. 7. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1356207/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 07/05/2015)

Assim, intimo-se a parte autora para apresentar todos os documentos mencionados no art. 19 do Provimento 65/2017 do CNJ, atualizados, salientando que o de fl. 39 está desatualizado, em 15 dias.

Este documento foi assinado eletronicamente por FABIOLA LANA ENCARNACAO em 23/09/2020 às 16:12:34, na forma da Lei Federal nº. 11.419/2006. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br), na opção "Consultas - Validar Documento (EJUD)", sob o número 06-3412-3917039.

Saiendo que caso os documentos acima não sejam apresentados na forma determinada e, em caso de acolhimento dos pedidos, eventual inviabilidade de registro da sentença por falta de documentação ou dados fornecidos, serão de responsabilidade da parte.

Após, conclusos para análise acerca da necessidade da nomeação de curador especial.

Diligencie-se.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente edital vai afixado no lugar de costume deste Fórum e, publicado na forma da lei.

Serra-ES, 23/09/2020  
FILIPE MACHADO RANGEL  
CHEFE DE SECRETARIA  
Aut. pelo Art. 60 do Código de Normas

Este documento foi assinado eletronicamente por FABIOLA LANA ENCARNACAO em 23/09/2020 às 16:12:34, na forma da Lei Federal nº. 11.419/2006. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br), na opção "Consultas - Validar Documento (EJUD)", sob o número 06-3412-3917039.